

COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA
Registro de Encaminhamento e Temas - RET da 9ª Reunião
Salão Goiás III - Hotel Tryp Brasil 21 - Brasília - DF
19 de agosto de 2010 - 15h às 19h

PAUTA

- 15h15** Abertura dos trabalhos pelo Presidente do COFA
- 15h30** Discussão e votação do RET da 8ª Reunião
- 15h45** **Tema de pauta 1**
Relatório Anual do Fundo Amazônia
- 16h30** **Apresentação de Informes**
- Carteira do Fundo Amazônia/ Análise da categoria Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
 - Informe da Comissão de Estruturação de chamada pública para pequenos projetos;
 - Providências e Encaminhamentos com vistas à renovação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, considerada a conclusão, em 22/10/2010, do primeiro período de dois anos previsto para o mandato dos seus representantes (Decreto 6527/2008 e Regimento Interno COFA).
- 18:15** **Encaminhamentos**
- Detalhamento e Registro dos Encaminhamentos da 9ª Reunião
 - Definição de data para a próxima reunião do COFA
- 19h00** **Encerramento**

Abertura

Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo o seguinte material de apoio:

1 Agenda da Reunião

2 RET da 8ª Reunião (Minuta)

3 Tema de Pauta 1

- Página de Instrução Relatório Anual do Fundo Amazônia
- Mapa de Alterações do Relatório Anual do Fundo Amazônia
- Minuta (versão doc) do Relatório Anual do Fundo Amazônia

4 Apresentação de Informes

- Informe: “Carteira de Projetos do Fundo Amazônia”
- Boletim nº 5 do Fundo Amazônia (julho de 2010)
- Página de Instrução Renovação Comitê Orientador do Fundo Amazônia
- Regimento Interno COFA
- Instruções

5 Tabelas: Acompanhamento das Recomendações do COFA
Diretrizes e Critérios do Fundo Amazônia

6 Lista de Membros do Comitê Orientador

Verificado o atendimento do quorum regimental, a Ministra do Meio Ambiente e presidente do COFA, Izabella Teixeira, abriu a reunião dando boas vindas aos presentes; após a leitura dos itens da pauta e verificação da inexistência de demanda de nova inclusão, todos os participantes e observadores se apresentaram, dizendo o nome e a instituição representada.

A Ministra Izabella Teixeira iniciou os trabalhos enfatizando a importância do Fundo Amazônia, um alicerce do processo de diálogo bilateral não só no que diz respeito à cooperação entre o Brasil e a Noruega, mas também para outras cooperações bilaterais na área ambiental, que começam a ganhar novos contornos, além da tradicional cooperação existente entre o Brasil com a própria América Latina e com alguns países da África.

Enfatizou ser reconhecido todo o trabalho desenvolvido pelo BNDES na implantação do Fundo Amazônia que, partindo de um momento zero evoluiu ao patamar em que se encontra hoje: um balizador no debate internacional sobre o regime de REDD+.

Declarou também que para que se possa avançar com a implantação dos compromissos previstos no âmbito do Fundo Amazônia, são necessários alguns ajustes para superar entraves, que foram se delineando durante todo o processo. Com esse objetivo, irá encontrar-se com o Presidente do BNDES para, entre outros assuntos como o Fundo Clima também recepcionado pelo Banco, discutir questões do Fundo Amazônia.

Ressaltou, a Ministra, que a minuta do primeiro Relatório Anual do Fundo Amazônia registra o grande aprendizado realizado no período e que a gestão do Fundo confere protagonismo ao BNDES, parceiro essencial para a consecução dos objetivos da política nacional na área de meio ambiente.

A Ministra informou, ainda, ter recebido de organizações não governamentais uma carta com recomendações ao Fundo Amazônia, solicitando que cópia da mesma fosse encaminhada aos integrantes do COFA para posterior debate.

1. Aprovação do RET da 8ª. Reunião do COFA

A RET foi aprova com o acolhimento da solicitação da representante do Acre, no sentido de que seja inserida a sua sugestão de inclusão, no Relatório Anual do Fundo, de menção ao importante papel dos estados amazônicos no combate ao desmatamento.

2. Aprovação da Pauta

Com a aprovação da pauta proposta, foi iniciada a apresentação do tema 1.

3. Temas de pauta:

3.1. Pauta 1 - Relatório Anual do Fundo Amazônia

Assunto apresentado pelo Superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES e representante da instituição no COFA.

Sergio Weguelin informou que as alterações sugeridas para o Relatório Anual do Fundo Amazônia foram todas incorporadas, aí incluídas: inserções e alterações de conteúdo; mudança de títulos ou de ordem, como por exemplo: a mudança de ordem das diretrizes, que estavam em anexo e foram transferidas para dentro do relatório; que enfim, procurou-se entender o espírito das sugestões feitas na última reunião e traduzi-las no texto e na ordem de apresentação, conforme ficou demonstrado no Mapa de Alterações, previamente remetido aos Integrantes do COFA, e que faz parte da minuta do Relatório ora sob análise.

Sendo a palavra facultada aos presentes foram registrados os seguintes comentários:

“a)” Thaís Juvenal (MMA) disse não haver reparos a fazer do ponto de vista de conteúdo, mas gostaria de mudar a forma de redação, para ficar mais claro o entendimento, na página 27 último parágrafo. “b)” Adriana Ramos (FBOMS) alertou sobre correção a ser feita na página 31, vez que, onde deveria constar a apresentação do projeto da TNC, está repetida a apresentação do projeto do IMAZON. “c)” Foi requerida também uma retificação sobre o número de municípios mencionados na página 23; e “d)” Maria Luiza (MCT), sugeriu alteração de redação na parte de Tramitações dos Projetos, na página 24 e a colocação de um fluxograma para facilitar o entendimento do processo.

Após isso, o relatório anual do Fundo Amazônia foi aprovado ficando acertado o envio das sugestões de natureza formal pelos interessados.

Decisões e encaminhamentos

- Aprovação, por unanimidade, do Relatório Anual do Fundo Amazônia-2009, com as alterações (a,b,c e d) apontadas no texto acima.
- O Relatório Anual será publicado após o período de interdição eleitoral.

4. Apresentação de Informes:

4.1. Informe 1 – Carteira do Fundo Amazônia / Análise da categoria Desenvolvimento Científico e Tecnológico

a) Carteira do Fundo Amazônia

Sergio Weguelin (BNDES) informou que a posição geral da Carteira de Projetos, em 31 de julho de 2010, foi alterada com a aprovação, em 15 de agosto de 2010, de um projeto para o Estado do Pará, *conforme consta no material distribuído*, e com a aprovação de dois projetos: para o Estado do Amazonas e para o município de Alta Floresta, estes últimos sendo anunciados na presente reunião. Disse, ainda, que esses três últimos projetos aprovados envolvem várias ações na área de fortalecimento e desenvolvimento institucional, na área de recuperação de áreas degradadas, de reflorestamento, de apoio às ações de conservação, todos eles aderentes aos critérios de priorização geográfica do Fundo Amazônia.

Foi também feita explanação sobre a tramitação dos pedidos de apoio até a fase de análise, quando o projeto já é considerado enquadrado em conformidade com as diretrizes do Fundo e de acordo com as áreas temáticas.

A Ministra Izabella Teixeira pediu esclarecimentos a respeito de alguns requisitos solicitados a potenciais beneficiários do Fundo Amazônia, tais como: a apresentação de contrapartidas, de uma matriz lógica e sugeriu que esses requisitos (contrapartidas e matriz de resultados e seus indicadores) sejam informados no site do Fundo para prévio conhecimento dos interessados, aí incluído um modelo de matriz de resultados para conhecimento e elaboração preparação prévia dos candidatos.

Cláudia Costa (BNDES) explicou que, da maneira que está sendo aplicada a metodologia, a exigência da matriz não se dá na fase de apresentação do projeto, sendo trabalhada em conjunto com o proponente na fase de análise e em função, tanto das ações previstas no projeto, como do objeto da intervenção proposta em relação às metas, não sendo condição contratual. Diferente, por exemplo, do requisito para a comprovação de parcerias, onde é solicitada a anuência dos participantes. Quando as ações são desenvolvidas em conjunto com o Poder Público, com a iniciativa privada, com a sociedade civil organizada, os critérios de contrapartida são os que constam da tabela de diretrizes e critérios do COFA, já disponíveis no site.

O Quadro Lógico/ Matriz de Resultados não é apresentado com a Consulta Prévia, nem com a apresentação do projeto, sendo a sua elaboração negociada entre o proponente e o BNDES visando possibilitar o monitoramento das ações a serem desenvolvidas e da prestação de contas para se avaliar os resultados e impactos - além do acompanhamento físico e financeiro do projeto – estando a informação sobre o momento de apresentação do Quadro Lógico também disponibilizada no site do Fundo Amazônia.

Cláudia ponderou que o BNDES tem avançando na publicidade das informações com relação à lista de documentos que são exigidos nas várias etapas do projeto, que também está publicada no site.

A questão da contrapartida só é tratada quando o projeto ou o proponente a apresenta. Discute-se, nesse caso, a comprovação dos documentos que formalizam estes termos de parceria e contratos já assinados. Embora considere ser desejável a sua apresentação, na medida que indica que o projeto tem outras fontes de sustentabilidade, o BNDES não exige nenhuma contrapartida além das determinadas pela tabela de Diretrizes e Critérios do COFA.

Quanto aos indicadores de monitoramento, após consultas a diversas instituições sobre o quadro lógico e sobre os indicadores, foi consolidada uma metodologia, aprovada pela Diretoria do Banco, cuja melhor maneira de disponibilizar no site está sendo avaliada. Trata-se de um trabalho conjunto, que vai integrar o sistema de acompanhamento do Banco.

O BNDES está também trabalhando em um acordo de cooperação técnica com a GTZ, para apoio à estruturação desses quadros lógicos, desses sistemas de monitoramento, com o objetivo de planejamento, acompanhamento e monitoramento dos impactos e revisão da própria lógica de intervenção.

A Presidente do COFA, Ministra Izabella Teixeira, solicitou que o Comitê realize debate sobre o Fundo para identificar: matrizes, dificuldades, indicadores, estratégias de monitoramento; ou seja os principais problemas de monitoramento e como poderão, eventualmente, refletir nas rotinas do Banco. Sugeriu, ainda, fosse definido o prazo para apresentação de uma versão preliminar da Matriz de Resultados.

Enfatizou, mais uma vez, o aprendizado adquirido nos dois anos do Fundo, todavia, disse considerar ser inadiável a discussão sobre os indicadores e sobre a instância de avaliação de desempenho; em especial no que diz respeito às áreas temáticas do Fundo Amazônia. É necessário saber como esses segmentos estão sendo atendidos. O Fundo é o instrumento de apoio às Políticas Públicas, sendo importante que o BNDES compartilhe sua experiência como gestor, apresentando uma avaliação de natureza estratégica sobre resultados. Enfim, que seja o pólo ativo dos subsídios desta reflexão, Independentemente do que está acontecendo na instância de projetos.

Em relação à revisão do limite para a aplicação de recursos do Fundo, a Ministra Izabella, sugeriu continuar com os 10% já estabelecidos pelo COFA, levando em consideração que é um assunto que vai ter que ser progressivamente avaliado pelo Comitê, solicitando o registro do que foi decidido, mesmo que sujeito ao que o BNDES trouxer de avaliação e apreciação para o COFA, por ser assunto do Comitê.

b) Panorama da categoria Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Claudia Costa apresentou a Carteira de Ciência e Tecnologia e Inovação do Fundo Amazônia, atendendo à solicitação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). No informe foi feito balanço quantitativo e abordadas as questões críticas, as ações de fomento e as perspectivas para a área de ciência e tecnologia abaixo resumido:

A carteira de Ciência e Tecnologia e Inovação tem, atualmente, 13 projetos, cinco estão na fase inicial com a apresentação da carta-consulta, e oito projetos estão enquadrados, ou seja, prontos para a fase de análise.

Outras características:

Valor total da carteira (solicitado ao Fundo Amazônia): R\$ 81 M;
Valor médio dos projetos (idem): R\$ 6,2 M;

Contrapartidas: R\$ 30 M;

Abrangência geográfica dos resultados dos projetos de CT&I: Concentração de executores em Belém e Manaus;

Projetos com a participação de Fundações de Apoio (Contratantes/gestão financeira).

Vários desses projetos são apresentados por uma grande instituição que tem unidades e núcleos independentes. Assim, sete projetos são de universidade federal; dois projetos de universidade estadual, um projeto de C&T na esfera federal pública, um projeto de uma entidade internacional, um do Terceiro Setor e um de uma empresa pública.

Principais Questões Críticas:

Despesas operacionais e administrativas em favor das Fundações (limitadas a 5% pela lei da inovação);

Grande número de parceiros na execução do projeto: estruturação complexa da operação; Conceito de “sistemas de monitoramento e controle do desmatamento” para aplicação em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais e critérios para aplicação desses recursos;

Proposição de projetos através de Fundações de Apoio;

Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) e seus desdobramentos (Suspensão dos efeitos dos Acórdãos até dez 2010); MP 495/2010;

Algumas Fundações não atendem exigência de credenciamento no Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT/ Ministério da Educação - MEC.

Cláudia encerrou a apresentação, com relato sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Banco para entender e formular estratégias de atuação para esse setor. Como resultado, muitas das proposições que estão hoje na carteira são frutos de rodadas de apresentação do Fundo Amazônia, que, vem mantendo diálogo constante com instituições de pesquisa buscando entender e identificar, junto com as mesmas qual o tipo de projeto se coaduna melhor com o objetivo do Fundo Amazônia.

Maria Luiza (MCT) agradeceu ao BNDES pela apresentação, mencionando que essas informações precisam ser amplamente divulgadas. Sugeriu, que as dificuldades encontradas, sejam discutidas com alguns órgãos que já alcançaram avanço significativo no assunto como o CNPq, a FINEP e as fundações de amparo, que também são parceiras do MCT e que podem contribuir na discussão.

Após esse informe a Presidente do COFA pediu licença e se ausentou da reunião, que passou a ser conduzida por sua suplente Thais Juvenal (MMA).

Thais Juvenal (MMA), chamou a atenção para a ausência de atuação do setor privado na área de Ciência e Tecnologia e Inovação com recursos do Fundo, que é um agente importante tanto na área de pesquisa, quanto na geração de inovação propriamente dita, sugerindo como encaminhamento, dada a complexidade do tema para ser tratado nesta reunião, que o Banco aponte possibilidades de atuação com o setor privado, com recursos do Fundo. Sugerindo, como exemplo, a criação de um Fundo de patentes sob o Fundo Amazônia, que permita o apoio a empresas na geração de inovações sob a titularidade do Fundo.

Helinton José Rocha (MAPA) mencionou a EMBRAPA e o Centro de Biotecnologia da Amazônia como potenciais fontes de subsídios ao trabalho.

Johaness Eck (Casa Civil) sugeriu que se converse com o Ministério da Ciência e Tecnologia que já tem definições para algumas das questões ali colocadas.

Magaly Medeiros (ACRE) manifestou que há interesse dos Estados representantes da Amazônia Legal em participar de conversa específica do MCT com as instituições e as fundações sobre o fomento a projetos nessa área de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O BNDES informou que vem mantendo contatos com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de participar de reuniões do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (CONSECTI).

Maria Luiza disse que, embora bastante interessante a proposta da Magaly Medeiros (Acre), não sabe se o BNDES, como gestor do Fundo, teria condições de promover uma reunião envolvendo nove Estados. Acrescentou que o ideal seria envolver até universidades. Todavia, entende que a proposta do Johaness Eck (Casa Civil) é no sentido de uma reunião restrita, ou seja, pautada na experiência do MCT, da CAPES, do CNPq e da EMBRAPA de como montar as propostas de apoio a projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação; ou em reuniões ainda mais restrita com CONFAP (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa) e CONSECTI.

Thais Juvenal (MMA), em vista dos comentários, sugeriu que o BNDES promova conversa sobre o tema específico com os membros do COFA, ou com aqueles que se disponibilizarem a tratar desse assunto, para que possa ser vislumbrada proposta de encaminhamento para a demanda induzida ou estratégia de apoio a projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em vista das diversas sugestões apresentadas, do interesse e da concordância de todos na busca de solução para as questões que envolvem esta área, foi encaminhada a criação de

Decisões e encaminhamentos

- Criação de Comissão para avançar na questão do apoio do Fundo Amazônia à Ciência, Tecnologia e Inovação, que será composta pelos seguintes Órgãos: BNDES, MMA, todos os Estados que integram o COFA, MCT, MAPA, MDA, Movimentos Sociais, SBPC.

uma Comissão para avançar na questão do apoio do Fundo Amazônia à Ciência, Tecnologia e Inovação, que será composta pelos seguintes Órgãos: BNDES, MMA, todos os Estados que integram o COFA, MCT, MAPA, MDA, Movimentos Sociais e SBPC.

4.2. Informe 2 – Informe da Comissão de Estruturação de chamada pública para pequenos projetos.

a) Informe da Comissão de Estruturação de chamada pública para pequenos projetos.

Cláudia Costa (BNDES) informou já terem sido realizadas duas reuniões com a Comissão, onde se procurou conceituar o que é pequeno projeto; qual é o valor a ser considerado; qual público-alvo; e o que fazer para ampliar o acesso a esse segmento específico.

Considerou-se, também, sobre o convite a ser feito a instituições que podem aportar contribuições e experiências sobre quais as atividades, os setores econômicos e atividades produtivas sustentáveis que mereceriam um foco inicial.

Ainda que a Comissão não tenha chegado a uma conclusão final, houve avanço na conceituação de pequeno projeto e do financiamento de atividades de pequenos valores; e, também, a uma certeza: a de que qualquer ação a ser desenvolvida deverá ter como foco o beneficiário final. Entendendo-se como tal, as pequenas comunidades, associações coletivas, as populações tradicionais, guardiões da floresta, enfim, o público-alvo, independente do valor envolvido no projeto. O que levou à questão sobre a identificação da existência de crédito reembolsável ou não-reembolsável para essas ações, inclusive de âmbito federal, dada a dificuldade de se discutir a aplicação do conceito de adicionalidade no apoio do Fundo Amazônia.

Pensou-se que, possivelmente, o foco seria apoiar a solução de gargalos, hoje já identificados nas ações já financiadas, intervindo basicamente sobre algumas lacunas e demandas por apoio, ou seja, expansão de assistência técnica, a capacitação em gestão e empreendedorismo, apoio a processos de formalização, apoio logístico de infraestrutura, tentando suprir algumas demandas que causam impacto na estruturação de elos mais fortalecidos de cadeias produtivas econômicas, e a partir daí discutir itens financeiráveis e não-financiáveis.

O COFA passou a debater os obstáculos identificados pela Comissão de Estruturação e como o BNDES poderá desenvolver as condições necessárias para ultrapassá-los.

Fani Mamede (Contag) alegou que a Comissão não avançou nas discussões por falta de sensibilidade do BNDES em tratar dos assuntos que envolvem os pequenos projetos, como fazem o MMA e MDA, dada a falta de flexibilização de seus procedimentos.

Adriana Ramos (FBOMS) declarou que a grande questão a ser decidida em relação aos pequenos projetos é se há possibilidade de flexibilizar procedimentos e regras contratuais para atender a organizações pequenas; porque se não houver, discute-se os mecanismos de intermediação, que é, em última análise, o que vai funcionar, já que isto está afeto às Políticas Públicas do Governo Federal. Diz que esta questão não é do BNDES, é sim do COFA. Pede, ainda, que o Banco retome o processo de desenhar um acordo de cooperação técnica, conforme anteriormente decidido.

Daniella Baccas (BNDES) explicou que algumas regras não são flexíveis. O BNDES se submete a diversas normas das quais não pode se afastar sob pena de ser considerado, inclusive, um mau gestor.

Thaís Juvenal (MMA) diz que todas as falas sobre o assunto indicaram duas questões: uma estratégica e uma operacional, que precisam ser equacionadas com urgência. Sugere um encaminhamento objetivo para que o Banco apresente, na próxima reunião do COFA, do ponto de vista operacional, o que é necessário para se avançar nas questões de demanda dirigida para esse público alvo e quais os gargalos jurídicos existentes, para que o COFA possa encaminhar um direcionamento para elas.

Decisões e encaminhamentos

- O BNDES, a Comissão de Estruturação e os demais membros do COFA se reunirão em Brasília para buscar soluções para os impasses existentes com relação aos pequenos projetos. A Comissão fica ampliada pelo MMA e MDA. As reuniões serão abertas aos interessados.

Sérgio Weguelin (BNDES) sugere que a Comissão seja ampliada e que as reuniões sejam abertas aos interessados.

4.3. Informe 3 – Providências e Encaminhamentos com vistas à renovação do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, considerada a conclusão, em 22/10/2010, do primeiro período de dois anos previsto para o mandato dos seus representantes (Decreto 6527/2008 e Regimento Interno COFA).

Daniela Baccas (BNDES) lembrou que, na forma do contido no Regimento Interno, os mandatos dos Integrantes do COFA expirarão no próximo dia 22 de outubro, motivo pelo qual, o Banco enviará correspondência aos Órgãos que compõem o COFA solicitando a indicação dos nomes dos respectivos representantes para os cargos de Titular e Suplente, com vistas à expedição de Portaria de nomeação por parte da presidência do BNDES, para o

Decisões e encaminhamentos

BNDES:

- Enviar comunicado a todos os membros do COFA informando que no dia 23 de outubro/ 2010 deverão entrar em vigor as novas Portarias expedidas pela presidência do BNDES para o novo período de mandato: de 23/10/2010 a 22/10/2012.

novo período. Informará, também, que poderá haver a prorrogação dos mandatos dos atuais representantes por mais dois anos.

Comentários Finais:

Maria Luíza (MCT) pede para que seja registrada a sua insatisfação com a hostilidade demonstrada durante a reunião, uma vez que essa atitude não é construtiva. Em seguida conclamou a todos para que se responsabilizem, conjuntamente, pelos resultados a serem alcançados pelo Fundo Amazônia, declarando, por fim, considerar o BNDES um parceiro nesses objetivos.

Thaís (MMA) sugeriu que - em vista do esvaziamento da reunião e o adiantado da hora – a questão pendente da Cláusula de Vencimento Antecipado seja tratada em uma próxima reunião, a ser agendada oportunamente.

5. Representantes presentes à reunião - Membros do COFA e seus suplentes indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades e designados pelo Presidente do BNDES conforme Art. 2º, § 1º do REGIMENTO INTERNO DO COFA.

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira Titular (titular)

Thaís Linhares Juvenal (suplente)

Ministério das Relações Exteriores

Maximiliano Arienzo (representante)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Helinton José Rocha (suplente)

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Marco Aurélio Pavarino (titular)

Ministério da Ciência e Tecnologia

Maria Luiza Braz Alves (suplente)

Casa Civil da Presidência da República

Johaness Eck (suplente)

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Alberto Carlos Lourenço Pereira (titular)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Sergio E. Weguelin Vieira (suplente)

Estado do Acre

Magaly Medeiros (representante)

Estado do Amapá

Antonio Carlos da Silva Faria (suplente)

Estado do Amazonas

Nádia Cristina D'Avila Ferreira (titular)

Estado do Mato Grosso

Alexander Torres Maia (titular)

Elaine Corsini (suplente)

Estado do Pará

Anibal Pessoa Picanço (titular)

Estado do Rondônia

Maria Dolores dos Santos da Costa (suplente)

Estado de Roraima

José Hamilton Gondim Silva (representante)

Estado do Tocantins

Stalin Beze Bulcar (titular)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- FBOMS

Adriana Ramos (titular)

Confederação Nacional da Indústria – CNI

Mário Augusto de Campos Cardoso (suplente)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - FNABF

Fernando Castanheira Neto (suplente)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Fani Mamede (titular)

Rosicleia dos Santos (suplente)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Lauro Morhy (representante)

6. Representantes que não compareceram

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC):

Estado do Maranhão

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

7. Especialistas, convidados e observadores (Art. 5º. do REGIMENTO INTERNO DO COFA)

Externos	
Representação	Nome
MMA	Andréa Concala
MMA	Branca Americano
MMA	Cláudia Calório
MMA	Eduardo Canina
Mato Grosso	Diego Tocantis
ISA	Elizabeth Dalene
ISA	Oswaldo Braga de Souza
PNUD	Alexandre Anders Brasil
PNUD	Carlos Ferreira Castro
Embaixada da Noruega	Inge Nordang
Embaixada da Noruega	Patrícia Faraco Benthien
GTA	Vitor Mamede Carvalho
GTZ	Christiane Ehringhaus
GTZ	Waldemar Wirsig
TNC	Ana Cristina Fialho Barros

BNDES	
Área	Nome
AMA/DEFAM	Ana Luiza Landim
AMA/DEFAM	Cláudia Costa
AMA/JUAMA	Daniela Baccas
AMA/DEFAM	Simone Marafon Schneider
AMA/DEFAM	Telma de Castro Guimarães